



Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Prática Não Classificada

País: França

abril de 2014

Designação da prática	Avaliação participativa
<i>Principais características:</i>	<p>Em França, os juízes estagiários avaliam continuamente a qualidade da sua formação inicial e apresentam sugestões e propostas destinadas a melhorar o sistema de formação.</p> <p>Antes da entrada em serviço, cada estagiário é convidado a preencher um questionário pormenorizado sobre o período de estudo da sua formação na Escola Nacional da Magistratura (ENM). Esse questionário está disponível em linha no sítio Web da ENM no final do período de 8 meses de estudo em Bordéus.</p> <p>No questionário, é solicitado aos estagiários que realizem uma autoavaliação do seu aperfeiçoamento com vista a determinar se adquiriram as competências que deviam ter adquirido com a formação que levaram a cabo. Os estagiários não são obrigados a preencher o questionário, mas é-lhes explicado que o questionário é importante para ajudar a ENM a melhorar os seus cursos/programas de formação. O preenchimento do questionário pode demorar até três horas, devido ao elevado número de perguntas. As respostas são, obviamente, anónimas. No ano passado, cerca de 75 % dos estagiários responderam ao questionário.</p> <p>A ENM criou um mecanismo de avaliação contínua dos seus programas de formação em serviço. Cada turma de estagiários é dividida em pequenos grupos de aproximadamente 20 pessoas para a realização das atividades das sessões de trabalho. Em cada pequeno grupo é eleito um delegado. Uma vez por mês, os delegados reúnem-se com o diretor de estudos, sem a presença dos formadores, a fim de avaliar e discutir a</p>

	<p>formação e ver como poderão melhorá-la em tempo real. Posteriormente, o diretor de estudos elabora um relatório, que é divulgado entre os formadores. Por conseguinte, é possível alterar o conteúdo ou a forma dos cursos de formação tendo em consideração as observações dos delegados.</p> <p>Todos os anos, três ou quatro delegados dos grupos de pequena dimensão participam num processo de avaliação a longo prazo, em colaboração com o diretor de estudos. A missão desses delegados consiste em refletir sobre o conteúdo dos cursos de formação, a organização dos programas de formação e a pedagogia para, em seguida, formularem observações ou apresentarem propostas destinadas a melhorar o período de estudo na ENM. O seu trabalho tem início cerca de três meses após o início do período de estudo na ENM e não se finda no final do período de estudo, uma vez que os delegados dão continuidade ao seu trabalho durante o período de estágio no tribunal, com a duração de 10 meses, que se segue ao período de estudo. Deste modo, os delegados podem avaliar o conteúdo do período de estudo e a pedagogia da ENM assim que são imersos nos tribunais e têm necessidade de utilizar o que aprenderam durante o período de estudo.</p> <p>Esses delegados permanecem em contacto com o diretor de estudos e também com os outros estagiários da sua turma, que podem indicarlhes como melhorar a formação na ENM.</p> <p>Enquanto estão a efetuar os estágios no tribunal, esses delegados trabalham igualmente com os delegados da turma seguinte que se encontram a estudar na ENM ao mesmo tempo. Tal permite à direção de estudos obter um retorno pormenorizado da informação sobre o período de estudo.</p> <p>Este instrumento de avaliação revelou-se muito eficaz. Geralmente, os estagiários apresentam ideias muito interessantes que, frequentemente, são integradas nos programas de formação. No ano passado, por exemplo, foram adicionados períodos de autoaprendizagem ao programa de formação.</p>
<p><i>Contactos da instituição</i></p>	<p>Escola Nacional da Magistratura (ENM) 8, Rue de Chanoinesse 75004 Paris França Telefone: + 33 1 44 41 88 20 Fax: + 33 1 44 41 88 21</p>

Endereço de correio eletrónico: enm-info-di@justice.fr

Sítio Web: <http://www.enm-justice.fr>

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)